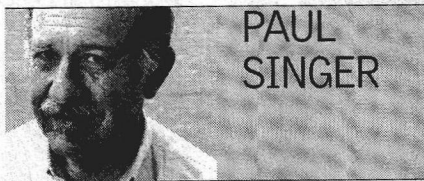


Keynes de volta



PAUL
SINGER

Como escrevemos logo depois dos atentados, a política foi para o comando. E continua lá. Bush, que vinha fazendo uma política internacional tão conservadora que beirava o isolacionismo, de repente pagou a dívida dos EUA com a ONU, suspendeu as sanções contra o Paquistão e a Índia e se dispõe a comprar a peso de dólares o apoio dos países islâmicos a sua ofensiva “anti-terrorista”. E prepara com as lideranças dos dois partidos no Congresso, um pacote fiscal anti-recessivo que promete ultrapassar os 100 bilhões de dólares. Isso, depois de duas reduções seguidas da taxa de juros pelo Fed, que a reduziram a 2,5%, o nível mais baixo dos últimos 10 anos. O que provavelmente não vai evitar que a economia estadunidense e mundial caiam em recessão, mas contribuirá para torná-la mais curta e

talvez menos profunda.

Esta reviravolta da política econômica da única superpotência simboliza o retorno a Keynes, cujos ensinamentos tinham sido oficialmente rejeitados como inflacionistas e estatizantes, portanto incompatíveis com a nova, ou melhor, revivida ortodoxia liberal. A mudança é mais simbólica do que real. Como Paul Krugman notou, num artigo recente, a política econômica nos países centrais nunca deixou de ser keynesiana, embora sem usar o rótulo. Políticas fiscal e monetária anti-cíclicas só estavam proibidas na periferia, aos governos que levaram seus países a depender quase estruturalmente de ingressos de capitais estrangeiros. Estes, sob a batuta do FMI, eram obrigados a adotar políticas recessivas quando suas econômicas já estavam em queda livre. Como o governo argentino e brasileiro, por exemplo, estão fazendo.

A mudança política causada pelas atrocidades cometidas nos Estados Unidos provocou finalmente a reabilitação explícita de Keynes por parte do “establishment” oficial, a ponto de Bush ape-

lar aos governos dos países europeus para também adotarem políticas anti-cíclicas, tendo em vista afastar a ameaça de uma recessão planetária, que desde os anos trinta está sendo esperada e temida. O capital financeiro, sempre temeroso de que uma eventual inflação possa desvalorizar seus ativos, já começou a lançar advertências contra qualquer exagero no aumento do gasto público. E os economistas neo-liberais mais ousados vêm a público com os velhos argumentos de que os remédios keynesianos são ineficazes a longo prazo porque falseiam o equilíbrio “natural” dos mercados. Estamos portanto com o velho debate de volta, entre os que temem a recessão e exigem que a empresa produtiva e o emprego sejam defendidos e os que temem a inflação e exigem que o Estado assista passivamente a queda da produção e do emprego até que “naturalmente” ambos se reergam.

Enquanto isso, no Brasil a opção da passividade continua sendo praticada, apesar do agravamento da superprodução e do desemprego, que todos indicadores disponíveis refletem. O Banco

Central continua tendo como única meta a inflação, que é o que o capital financeiro exige. A especulação contra o real continua sendo alimentada com os dólares das reservas cambiais e com a progressiva indexação da dívida pública ao dólar, uma dolarização evidente que obriga o governo (dados seus compromissos com os credores externos, repre-

O atual governo poderia se mirar no exemplo do Getúlio que assumiu as dores dos trabalhadores e dos empresários produtivos

sentados pelo FMI) a cortar os gastos com educação, saúde e salários dos servidores públicos. Cumpre registrar no entanto a manifestação oportuna da nova direção da FIESP. Em sua primeira reunião, 2ª feira passada, o vice-presidente Roberto Nicolau Jéha propôs “uma política cambial administrada na qual o BC só liberaria a compra de dólares para quem fosse importar ou pagar compro-

missos externos.” (Folha de S.Paulo, 10/10/01, p.B8).

Em 1932, o Brasil não esperou que os Estados Unidos adotassem o “New Deal” para começar a se defender da crise que nos invadia pelo Balanço de Pagamentos. O governo da Revolução de 1930 comprou o café invendável e o destruiu, preservando o poder aquisitivo dos que dependiam da cafeicultura. Deste modo, fez a economia voltar a crescer a partir da demanda do mercado interno, impulsionando o desenvolvimento por substituição de importações que tornou o Brasil uma das economias que mais cresceu entre 1930 e 1980. O atual governo brasileiro, que se esmera em liquidar a herança getuliana, bem que poderia se mirar no exemplo do Getúlio que assumiu as dores dos trabalhadores e dos empresários produtivos e virou uma página da história. Em vez de prosseguir emulando Campos Sales e Murtinho.

Paul Singer, economista, ex-secretário municipal do Planejamento de São Paulo (na gestão de Luiza Erundina), é professor titular da FE A-USP.
E-mail: singerpi@usp.br